

Distr.
RESTRINGIDA

F/CEPAL/SFM.10/R.14
12 de septiembre de 1983

ORIGINAL: PORTUGUES

C E P A L

Comisión Económica para América Latina

Seminario sobre Cambios Recientes en las
Estructuras y Estratificación Sociales
en América Latina. Análisis Comparativo
de Países y Perspectivas Regionales en
los '80.

Santiago de Chile, 12 al 15 de septiembre de 1983



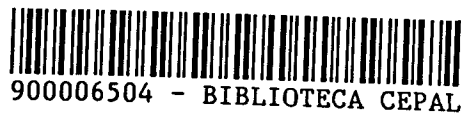
DEPENDENCIA E DEMOCRACIA

El presente trabajo ha sido preparado por el señor Fernando Henrique Cardoso. Las opiniones expresadas en este documento son de la exclusiva responsabilidad de su autor y pueden no coincidir con las de la Organización.

83-9-1570

DEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA

F.H. Cardoso



Primeira versão não corrigida e sem referências bibliográficas;
proibida reprodução e citação antes da versão revista e comple-
tada.

DEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA

F.H.Cardoso

Nesta reaproximação do tema da democracia - depois de tanto autoritarismo - não cabe revisão ou defesa: há dez anos eu não via a possibilidade de metamorfose do regime e não poucos viam em sua permanência tendência irreversível; esta se justificaria seja pelas contingências da situação estrutural de dependência, seja por uma espécie de vocação autoritária inerente à formação histórica da sociedade brasileira.

Num ponto, pelo menos, o capítulo do Authoritarian Brazil que escrevi era - e é - consistente: a ênfase não estaria posta na reafirmação do processo de dependência, mas na novidade do desenvolvimento-associado, embora dependente. Carece de sentido voltar à velha polêmica, na qual eu via (como repeti tantas vezes e ainda há pouco em polêmica com Marini) o dinamismo da industrialização da Periferia, e não a estagnação do modelo "colonial-exportador".

Pois bem, as conseqüências, como diria o velho Conselheiro Acácio dos romances de Eça de Queiroz, vêm sempre depois. Mas vêm. E, no caso brasileiro, vieram. Assistimos, nas duas últimas décadas, a uma transformação sem precedentes. Hoje é ocioso discutir sobre a natureza do desenvolvimento ocorrido, para especular sobre até que ponto houve transferência do sistema produtivo do Centro para a Periferia. Houve e tão rápida e significativa que a crítica à "teoria da dependência" veio forte por este lado: ao invés de dependência teria havido interdependência.

Naturalmente, para os autores que confundiram dependência com estagnação e desenvolvimento da Periferia com a renovação dos vínculos imperialistas tradicionais, o exemplo da industrialização brasileira é suficiente para por em xeque o castelo de cartas de um edifício teórico mal-acabado. Foram vãs as tentativas de construir leis da industrialização dependente e regularidades históricas capazes de fundamentar um novo tipo de funcionamento das sociedades periféricas ao mundo ocidental.

Nada, entretanto, abalou as velhas anotações cepalinas sobre o "deterioro de los términos de intercambio", sobre a velocidade diferencial da queda de preço dos produtos primário-exportadores no período de declínio do ciclo econômico com relação aos produtos industrializados, nem a recíproca inversa no que diz respeito aos períodos de expansão.

Tampouco se desfizeram as estacas fincadas na análise da nova estrutura do sistema produtivo internacional, que delinearam o papel dinâmico do investimento na Periferia. Este, feito pelas Empresas Multinacionais, reproduziu o vínculo assimétrico entre o Centro e a Periferia por intermédio do controle da tecnologia (da produção de invenções) e do sistema financeiro.

Está, portanto, à vista o que antes já se vislumbrava e alguns se obstinavam em não ver: existe o desenvolvimento econômico da Periferia; ele não é mero "crescimento econômico" sem redistribuição de recursos e sem transformações estruturais de fundo; mas não se rompem os vínculos de dependência, nem ocorre apenas um gigantesco processo de "interdependência". Noutras palavras, o processo de dominação entre Estados-Nações - por intermédio de canais econômicos renovados - continua a ocorrer no sistema capitalista internacional, a despeito da internacionalização do processo produtivo, embora ocorra significativa transformação na estrutura social dos países dependentes e apesar de que aumente consideravelmente a capacidade produtiva interna de alguns destes países.

À luz dessas transformações históricas e com a perspectiva do tempo, a antiga polêmica relativa à crítica a meus ensaios sobre dependência no sentido de que neles havia uma substituição do primado da classe social pelo primado da nação, reduz-se ao que sempre foi: a um equívoco. Todo o esforço teórico que realizei foi para mostrar que a situação de dependência gera uma situação de classe específica e que no plano político a temática das classes e de sua luta não pode separar-se da temática da nação e de sua expressão política, o Estado. Uma autonomia das classes sem referência à dupla determinação da situação destas pelo sistema produtivo (que no caso se internacionalizara) e pelas formas de dominação - internas, consubstanciadas no Estado, e externas, exercida pelos países centrais - de pouco serve para compreender a dinâmica da sociedade.

É neste ponto, precisamente, que se dá a confluência do desafio que ora se propõe: como explicar, no plano histórico, que um processo de desenvolvimento dependente-associado se tenha aberto a um elenco de possibilidades políticas que resultaram no debilitamento da ordem autoritária? Como justificar, no plano teórico, uma posição democrática em países marcados pela heterogeneidade (estrutural, no dizer de muitos) inter e intra-classes, pela permanência de bolsões de pobreza e pelas desigualdades?

Neste capítulo deixarei de lado as questões relativas à forma, às naturezas e aos limites do processo econômico de desenvolvimento dependente-associado (mantendo, entretanto, o conceito como instrumento necessário para descrever o processo de industrialização brasileira) para concentrar-me na questão política enunciada acima. Descreverei, sumariamente, nas páginas seguintes as consequências das transformações econômicas no plano da estrutura da sociedade brasileira, para, depois, enfrentar a questão política da relação entre Estado e este tipo de sociedade e a questão político-ideológica, da definição do "campo da democracia", no contexto político brasileiro. Embora nos capítulos anteriores deste livro outros hajam tratado do tema, voltarei à questão dos Partidos, do Estado, da Sociedade Civil e dos Movimentos Sociais. Por fim, elaborarei elementos para u

ma teoria sobre os alcances e limites da generalização da forma de democracia das sociedades industriais avançadas ("programadas", como prefere Touraine, "de massa", como na sociologia dos anos cinquenta, ou pós-industrial - talvez "de serviços" - como preferem outros) para as sociedades que se industrializaram na Periferia. Neste contexto, discutirei alguns aspectos novos da teoria da mudança social e política neste tipo de sociedade.

A NOVA SOCIEDADE

A hipótese muito difundida de que a sociedade brasileira, com a industrialização acelerada pelos investimentos multinacionais, acabaria por gerar uma espécie de "nova dualidade", evaneceu-se diante dos resultados históricos. Não se viu a cristalização de uma Bélgica de prosperidade e industrialização, no oceano de miséria e marginalidade correspondente a uma Índia.

Na realidade os dados mostram que:

1. houve aumento acentuado da massa de trabalhadores engajados no setor secundário da economia (que dobrou a cada 10 anos)
2. se bem a industrialização concentrou-se espacialmente, este processo não se deu sem que "manchas industriais" marcassem o Nordeste e, em menor proporção, o próprio Norte
3. a forma adotada pela acumulação e pelo investimento, não reproduz, com atraso de décadas, o "modelo prussiano" (de concentração do investimento na indústria de base) nem mesmo o "modelo americano", do fordismo. Verifica-se um tipo de desenvolvimento baseado na combinação da forma de "industrialização invertida" (que começa pelos produtos finais do tipo "consumo de massa": TV, autos, "linea blanca" etc." - e se faz pela transferência de tecnologia em caixas pretas) com a forma de industrialização que absorve e efetivamente o progresso técnico e abre investimentos em setores de bens de capital e, em menor escala, nos setores "de ponta" da segunda linha da fronteira tecnológica (computadores, p.ex.)

4. tudo isso, no contexto de uma forte reação em cadeia entre investimentos propriamente industriais e investimentos na área de serviços
5. a tal ponto que as hipóteses sobre "inchação" do setor terciário (tido neste caso como "não moderno" e como um mero expediente para disfarçar o desemprego) tornaram-se pouco consistentes diante do avanço efetivo do "terciário moderno" e dos serviços produtivos, diretamente ligados à expansão dos produtos industriais
6. houve também - e de modo acelerado - a capitalização da agricultura, criando-se uma estrutura agrária que possui três eixos de dinamismo:
 - a. as inversões nas áreas pioneiras
 - b. a capitalização da propriedade ou da unidade produtiva de base familiar
 - c. a grande empresa capitalista nas áreas tradicionais de exploração agrícola, responsável pela expansão do "proletariado rural"
7. convém ressaltar que o dinamismo desencadeado pelo processo de desenvolvimento dependente-associado também atuou sobre os níveis de pobreza e sobre a distribuição da renda no país. Não no sentido de aumentar a igualdade social, mas no sentido de elevar o piso da renda e de permitir efeitos limitados mas reais do processo de "trickle-down". Por osmose, e a golpe de conta-gotas, houve aumento de participação em níveis absolutos da renda e processos limitados de transferência relativa no que respeita e beneficia estratos médios-altos de renda
8. todo este processo se deu no contexto de uma participação crescente - de início - do investimento estrangeiro e, mais tarde, requerendo uma sustentação financeira internacional também crescente. A tal ponto que, com a recessão mundial e a conseqüente diminuição das exportações e de seu valor, a expansão da "dívida externa" voltou a ser condição necessária para sustentar a atividade econômica local
9. apesar do vínculo crescente com o exterior o mercado interno ab-

sorveu o grosso da expansão produtiva e o "coeficiente de abertura" da economia brasileira ao exterior não aumentou.

A sociedade engendrada pelo tipo de desenvolvimento dependente-associado sintetiza contraditoriamente efeitos típicos das "sociedades de massa", com aspectos do tipo de sociedade que no passado foi chamado de "dual", marcada, por um lado, pela pobreza e relativa indiferenciação da massa constituída pelas "classes subalternas" do campo e da cidade e, por outro, pela estrutura mais integrada e mais marcadamente classista dos setores internacionalizados do sistema produtivo, tanto do campo quanto da cidade.

Seria errôneo, entretanto, como tantos autores já mostraram, conceber a nova dicotomia (sociedade de massas x sociedade dual) e a oposição interna à sociedade dual (sociedade moderna x sociedade tradicional) como expressão de uma desestruturação ou da inexistência de vínculos hierarquizados entre as partes componentes do todo social. Para algo serviu o debate dos anos sessenta, de crítica à dualidade estrutural. Não caberia reintroduzir oposições estáticas: ao contrário, para caracterizar o blend específico formado socialmente pelo desenvolvimento dependente-associado é preciso dotá-lo de movimento e linhas de determinação capazes de ajudar a compreender a natureza destas sociedades.

Repetindo e retomando: nem o padrão de desenvolvimento em curso é uma simples réplica da história vivida pelos países de desenvolvimento originário, nem a sociedade emergente se reduz à oposição entre o "tradicional" e o "moderno", nem este último pode ser assumido como conhecido e já definido pela História dos países capitalistas desenvolvidos.

Hirschman, com seu talento heterodoxo, chamou a atenção para o inesperado no desenvolvimento econômico: uma linha aérea, por exemplo, pode ser melhor gerida e ser mais eficiente num país subdesenvolvido do que uma estrada de ferro. Pois bem, algo disso ocorre, generalizadamente, com o desenvolvimento dependente-associado. Quando

se espera que ocorra o "inevitável" (em geral concebido a partir de uma tendência estaprolada da história dos países de desenvolvimento originário) ocorre o "inesperado".

Este "inesperado" - que no fundo é o efeito específico resultante da combinação de formas estruturais que fusionam o "velho" com o "no vo", muitas vezes de modo contraditório e sem que da contradição re sulte uma síntese nova - ocorreu com as características que descrevi acima. A sociedade brasileira atual é uma síntese incompleta, expondo fraturas a olho nú, entre uma dinâmica desencadeada pela in ternacionalização do sistema produtivo, e outra dinâmica, de acomodações sucessivas e nem sempre bem logradas, dos interesses econômi cos e sociais anteriores a este processo. O comando da transforma ção social é dado inequivocamente pelo setor internacionalizado da economia: a tal ponto que a expressão "setor" é enganadora, pois o "conjunto econômico" se movimenta no compasso da internacionaliza ção. Os efeitos sociais deste, entretanto, nem correspondem ao que seria de esperar a partir de uma mera "sociologia funcional da con vergência", do tipo "tendência à homogeneização do espaço econômico mundial sob o acicate do industrialismo e das sociedades de massa", nem se dissolvem no particularismo de uma adaptação diante das re sistências da "velha estrutura". Ambos os termos da contradição comportam-se, em parte, como uma tensão não resolvida; em parte mais significativa, deixam entrever uma tendência de subordinação às for ças centrífugas e em parte ocorrem como "inovação". Como algo que é gerado na Periferia, como "efeito próprio".

Dito menos abstratamente, a sociedade que a industrialização perifê rica está gerando possui algo de específico. É cópia, mas, parafra seando a mim mesmo, cópia original. E, sendo cópia, é também cópia "desejada e programada". Não estamos diante de um fenômeno de "ir radiação" de um "círculo cultural", à la Kroeber. Nem sequer pre senciamos um dinamismo social e cultural dado de antemão pela "trans ferência tecnológica". Ao contrário, existe um debate sobre "a boa sociedade", uma estratégia para alcançá-la (vista diversamente pe las forças em competição) e uma vontade de programar, pela escolha

de políticas, os passos a serem dados.

É esta mistura entre "efeito inevitável" do industrialismo, escolha de formas de inserção no "mundo novo", lastro que não pode ser jogado ao mar de um passado ritmado por outro momento histórico, que dá vitalidade, oferece dificuldade e, ao mesmo tempo, intriga e abre perspectivas de audácias na interpretação da sociedade brasileira.

Só para exemplificar: é impossível entender as pautas de mobilidade social e geográficas, as aspirações de vida e a forma de controle social prevalecentes, sem considerar que a TV e o avião constituem partes fundamentais da "nova sociedade". Mas é também precário o entendimento desta sociedade quando não se percebe que em plena dinâmica da *Gesellschaft* - no coração industrial da sociedade de classes, no ABC de São Paulo - o momento "ético-político", como diria Gramsci, de prevalência da escolha operária e de inserção da nova classe trabalhadora paulista, deu-se pela revitalização - momentânea, mas significativa - da *Gemeinschaft*. A solidariedade da comunidade, a transcendência do cotidiano e do enfrentamento corporativo antes de passar pelo Partido, passou pela Igreja e pela fraternidade dos locais de vizinhança.

Tomar um dos polos da dicotomia e apostar nele como se fosse a expressão da essência da sociedade industrial periférica é dissolver a dialética que a constitui, num mecanicismo pouco esclarecedor; manter a relação entre os dois termos em permanente tensão é abdicar de entender o momento seguinte, de eventual síntese; acreditar que se sabe de antemão qual dos dois polos contrários primará sem perceber que tanto pode haver fusão inesperada como saída momentânea pelo polo mais "tradicional", é introduzir no esquema teórico uma filosofia do Progresso ao gosto do século dezenove, que pode deixar o observador perplexo diante de uma virada inesperada da História.

É com este espírito, ao mesmo tempo de busca de regularidades e de rejeição de modelos, mas disposto a aceitar "fraturas estruturais" que rompem as regularidades, que há-de ser apreendida a dinâmica da

sociedade brasileira contemporânea.

Só mais um exemplo - e este crucial: a questão do Estado (a que voltarei adiante). Os observadores mais apressados haviam decretado que a Empresa Multinacional substituiria, com sua dinâmica internacionalizadora, a presença do Estado na economia. O Estado fora condenado, pelos mesmos críticos, ao papel de testa de ferro dos interesses externos: de braço político da oligarquia, transformar-se-ia - depois de militarizado - em braço armado da Potência Estrangeira, exército de ocupação em solo nativo.

Ledo engano: o investimento estatal cresceu nas empresas industriais e nos serviços e a regulamentação da economia pelo Estado intensificou-se, a ponto de produzir uma reação (falaciosa) por parte da própria burguesia local que passou a ver no "estatismo" a raiz de seus infortúnios (que na realidade, quando existiram, deveram-se à concorrência das multinacionais e à crise).

A presença do Estado tornou-se tão forte na economia que ocorreu uma espécie de inversão estrutural da velha distinção entre Estado e sociedade civil. Esta distinção, que sofrera na pena de Gramsci reformulação radical na tradição marxista, precisa ser reposta teoricamente uma vez mais para explicar o tipo de entrelaçamento vigente na sociedade brasileira. Com efeito, se Marx substituiria, nas pegadas de Hegel, a dicotomia jusnaturalista que opunha sociedade natural à sociedade civil (ao Estado), pela dicotomia sociedade política (Estado)-sociedade civil (a ordem social, as classes, os produtores), Gramsci volta a Hegel e opõe sociedade política à ordem privada, vista esta, entretanto, como algo mais do que meras relações econômicas. Quando Gramsci coloca o momento da hegemonia no plano da sociedade civil, rompe o esquema tradicional das relações entre infraestrutura-superestrutura (mais próximo ao pensamento de Marx) no qual o Estado é parte do segundo termo e o primado das contradições que levará à superação da dominação de classes está dado pelo primeiro termo, pelas relações sociais de produção. Gramsci começa a dissolver a rígida distinção e de certa forma reabsorve o Estado nas

Sociedades, à la "Estado ético" de Hegel.

Pois bem, na situação de países como o Brasil, nos quais o Estado é parte e parte importante da ordem produtiva (privada?) é preciso também romper com a falta de entrelaçamento sugerida pela velha oposição entre Estado e sociedade civil, entre ordem política e ordem privada. Mas a ruptura dá-se a partir do polo oposto: não se trata apenas de que a hegemonia se desenvolve ao nível das classes como luta na sociedade, mas trata-se de que o Estado, ao tornar-se "Estado-produtor", torna-se parte integrante da ordem econômica e, ipso facto, da sociedade civil.

Não é preciso derramar muita tinta para perceber que tudo isto clama por novos esquemas teóricos capazes de explicar tanto a nova sociedade como a nova política. E clama também por outra fenomenologia das classes que, partindo do que chamei de blend específico das sociedades industriais-dependentes, se liberte do esquematismo das analogias com as situações de desenvolvimento originário e perceba que se é certo que a industrialização cria e cria rapidamente um proletariado, este, por mais que cresça em números absolutos, não será mais uma posição de classe que se generaliza por seu número, posto que a nova sociedade é tanto industrial - à antiga - como de serviços e "programada", como escreveria Touraine. De igual modo, na estrutura agrária o setor "tipicamente capitalista" (?) produz trabalhadores rurais que, por comparação com a economia camponesa da franja pioneira e com a economia familiar que se capitaliza, não tende a avançar como mancha de óleo que se espraia no vazio do subdesenvolvimento rural. Nem se pense que, apesar do vigor do processo de capitalização os "setores informais" do emprego (e os "marginais") desaparecem. Eles se reproduzem, no ritmo antigo e no novo ritmo: o do "setor informal" do artesanato de luxo, da combinação eventual da técnica mais sofisticada com o emprego de mão-de-obra "liberal" (como no caso dos programadores de computação, por exemplo).

Mais ainda, no sentido próprio do termo, amplas camadas pequeno-burguesas (de uma "burguesia pequena") transformam-se em massa assalariada nos serviços e nas fábricas; antigas "profissões liberais" tornam-se assalariadas e o "putting-out system" moderno faz renascer falsos assalariados, que constituem mão-de-obra regular da Grande Indústria, que se dispersa em unidades produtivas familiares.

Voltando a análise para o vértice da pirâmide social, outras tantas surpresas irrompem a placidez de uma visão da sociedade como reprodução da ordem econômica avançada. São alguns exemplos: o empresário estatal constitui-se como camada significativa da classe dominante; a antiga burguesia nacional não desaparece, mas se incrusta entre a empresa estatal e a multinacional, tratando de reservar para si espaços econômicos relativamente importantes; o grande capital estrangeiro aparece socialmente como burocracia internacionalizada constituída por administradores profissionais, com forte "presença estrutural" mas com enorme dificuldade para constituir-se, no plano da política local, como classe para si.

Vê-se, portanto, que a sociedade que o desenvolvimento criou rompeu, em pontos significativos, com as imagens que a literatura sociológica elaborou para descrever os "efeitos da industrialização" e da capitalização na Periferia.

Diante disso: seria acaso pensável uma política que deixasse também de romper com as expectativas dos paradigmas, quaisquer que eles fossem?

ROMPENDO EXPECTATIVAS: A DEMOCRATIZAÇÃO

Novamente, não se trata, neste capítulo, de descrever o processo político ocorrido: outros autores e eu próprio, em outros trabalhos, já o fizemos. Trata-se, primeiro, de sublinhar paradoxos; depois, de tentar explicá-los.

A discussão sobre se haveria ou não uma "abertura democrática" no Brasil é, hoje, questão perempta. Houve a abertura, com várias conseqüências. As "teorias" - jamais subscritas por mim - sobre a inevitabilidade do fascismo (cuja única alternativa seria o socialismo revolucionário) perderam prestígio, mesmo nos círculos intelectuais mais radicais: a força dos acontecimentos soterrou veleidades interpretativas mal formuladas.

Não obstante, alguns problemas exigem esclarecimento, posto que mesmo os espíritos não partidários de uma visão catastrofista do processo de desenvolvimento e que não se deixaram prender pelas armadilhas da inevitabilidade da revolução social como antítese do autoritarismo militar, afirmaram e reafirmaram (como eu próprio) que havia certa "afinidade eletiva" entre as estruturas geradas pelo desenvolvimento dependente-associado e a centralização do poder: a concentração da renda, o investimento oligopolizado, o esfacelamento das estruturas sindicais, a generalização da apatia das massas induzida pelo poder central, o controle das informações e os aspectos mais repugnantes da ordem autoritária (como a tortura e a expulsão da cidadania) foram lidos como sintomas do entrelaçamento entre este padrão de desenvolvimento e uma forma definida de regime burocrático-autoritário.

É certo - e vale a ressalva - que alguns autores, como Juan Linz, restringiram os alcances da caracterização do autoritarismo brasileiro; este seria mais uma situação autoritária do que um regime autoritário. Também é verdade que eu procurei mostrar (quando havia já indícios de redemocratização) que a "forma política" (o regime) distinguia-se do "pacto de dominação" (a aliança das classes hegemônicas) que dá base social ao Estado. E argumentei que o mesmo estilo de desenvolvimento dependente-associado convivia com regimes democráticos, como na Venezuela e civis-autoritários, como no México.

Ainda assim, é preciso reconhecer que a ruptura do autoritarismo no Brasil e a revivescência de uma aspiração democratizadora, sem quebra do Estado e de seu suporte militar, ao mesmo tempo em que renas

ce a "sociedade civil", desafiavam explicações mais abrangentes.

A primeira tentativa de resposta ad-hoc encontrável nos textos que se referem ao tema vem sob a forma de um paradoxo: a partir de duas teorias que marcam os efeitos anti-democratizadores do processo histórico de transformação das sociedades Periféricas - a da dependência e a do autoritarismo-burocrático - terminou-se por colocar ênfase nos aspectos democratizadores "não previstos" de ditos processos. Com efeito, posto que houve desenvolvimento e posto que o controle burocrático expandiu a máquina do Estado e absorveu nela os militares, produziu-se, ao mesmo tempo, um "espaço de liberdade" não previsto - na sociedade civil - e uma condensação autoritária, no Estado. Entre ambos, Estado e sociedade civil, ocorreu um fosso, uma espécie de vácuo-tampão. A democracia teria, então, brotado no solo virgem da sociedade, deixando o Estado embalado em seu esplêndido isolamento autoritário.

Tal hipótese teve várias versões. Algumas inspiradas na "teoria da modernização": o subproduto democrático foi a consequência da diferenciação social provocada pelo desenvolvimento econômico, da especificidade crescente de papéis sociais requerida pela secularização e racionalização crescentes da sociedade, pela necessidade da estandardização e generalização de normas universais, mais afins com uma sociedade industrial-moderna.

Em certa medida, quase todos os autores que retomaram o tema da democracia molharam suas penas nesta hipótese abrangente; mesmo porque, como escrevi acima, ocorrem de fato processos convergentes que propiciam a reelaboração de aspirações, condutas e padrões regulares de comportamento afins com os aspectos universais do industrialismo. Na tentativa de explicar a retomada de práticas democráticas no plano eleitoral, por exemplo, não foram poucos os que sublinharam que a forma democrática de regulamentação da distribuição do poder restabeleceria necessariamente o sistema competitivo de partidos e os mecanismos representativos vigentes em "qualquer democracia". Aliada à teoria da modernização da sociedade, a teoria política liberal voltou a soar, não apenas na Grande Imprensa mas nos

textos acadêmicos e... até mesmo em programas partidários.

A "teoria do fosso" (entre Estado e sociedade civil) deixa sem solução, entretanto, a questão central: se for verdade que o subproduto do desenvolvimento sócio-econômico é a reivindicação de autonomia do social, de representação política das classes e de um credo liberal-democrático, a mudança política marcha para um impasse: ou a cidadela do Estado é conquistada pelo furor das classes reivindicantes de poder democrático e se democratiza, ou, na contra-ofensiva, o Estado avança mais ainda na direção de processos autoritários, aproximando-se de uma situação de controle autoritário da sociedade (numa versão do processo político que se aproxima da visão "ditadura ou fascismo", só que reescrita como "ditadura ou democracia"). E, por outro lado, ao postular uma dinâmica deste tipo, obscurece-se o que era claro na teoria marxista da sociedade civil, a saber, que nela reina a dominação e que, em si mesmo, sociedade civil e democracia nada têm a ver uma com a outra, posto que a democratização da sociedade requer luta de classes e superação das contradições entre explorados e exploradores.

Por certo, as hipóteses de desenvolvimento da oposição entre sociedade e Estado esboçadas acima não são as únicas sustentáveis a partir de uma teoria funcionalizada e liberal da política democrática. Nada impede a irresolução do conflito, o ziguezague nos avanços e recuos entre os dois termos opostos, ou pactos tópicos nos quais a dialética entre conciliação de interesses em áreas específicas e conflitos abertos noutras tantas possa ocorrer, ficando sempre ressaltada a hipótese geral fundamental que põe ênfase na transformação lenta e gradual na direção da democratização a partir da aposta na capacidade de expansão crescente dos mecanismos universalizados da sociedade industrial.

No polo oposto - especialmente entre os ideólogos do regime - elaborou-se uma versão do mesmo processo, sob outro ângulo. Rejeitando os efeitos pervasivos da restauração da sociedade civil, estes ideólogos retomaram Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e, contra o pensamento expresso do autor, Raymundo Faoro. Voltaram a ver na moderni

zação do Estado a garantia maior para um processo de abertura política e democratização que escapasse das "armadilhas do liberalismo". A ênfase, no caso, não se pôs tanto no fosso entre sociedade e Estado, mas no "vazio" da sociedade. Continuaram a interpretar o país como se o único travejamento possível para uma ordem política estável fosse a eficiência da máquina estatal, bem acoplada às políticas desenvolvimentistas e guiada por uma vontade esclarecida que deveria moderar a conciliar, toda vez que surgisse uma pressão de grupos privados "razoável". A legitimidade das demandas "de baixo" (e tudo o que estivesse radicado na sociedade civil, fosse a Empresa, a Imprensa ou a Igreja, e não só as camadas populares, era "de baixo") passaria sempre pelo crivo da vontade de Estado, alavanca ético-política de um povo inorganizado caminhando para a constituição da Nação.

Obviamente a modernização da sociedade pelo Estado e a constituição do povo em nação pensados nestes termos não fazem parte de uma "teoria democrática". Entretanto, ambígua e confusamente, esta versão da ideologia autoritária é também "liberal-conservadora". Ela postula um devir e um gradualismo que não negam, em princípio, a legitimidade da demanda em favor de um Estado de Direito: apenas postergam-na e procuram conduzi-la, pelo "bom caminho", a um futuro estado de "democracia sem conflitos". Mas tal postura é obrigada a aceitar em tese e como princípio geral que o "bom governo" há de ser democrático.

Estas não foram as únicas tentativas de explicação e de racionalização do processo político. Numa versão mais radical da autonomia da sociedade civil, somada à crítica de inspiração socialista da dominação social, propôs-se também uma outra explicação do por que a sociedade brasileira rompia com o autoritarismo. Esta ruptura teria a ver, simultaneamente, com o mesmo processo de constituição e autonomização das classes (ênfase comum com a teoria liberal-funcional da mudança política) acrescido de um plus específico: como a nova ordem capitalista-industrial mantém, por um lado as diferenças de classe e reproduz, por outro, a desestruturação dos sem-classe - os "pobres", os "marginais", os "habitantes da periferia" ou que nome

tenham os deserdados da ordem capitalista - a real democratização ad virá (e está advindo, sustentam os adeptos desta perspectiva) de um movimento que, se está enraizado na ordem privada, não abrange toda ela; cristaliza-se na solidariedade espontânea dos deserdados; vive como comunitas uma experiência de agruras em comum que forma um nós coletivo baseado na mesma experiência de vida que só se transformará quando, por modificações moleculares, houver ao mesmo tempo o isolamento do Estado e dos exploradores, os quais perecerão na boa ordem do futuro.

Aos ouvidos acostumados à literatura marxista poderá parecer que se repõem os velhos temas da Revolução e da fusão entre solidariedade, igualdade e participação democrática. Mas só até certo ponto, pois em sua versão mais radical (e disseminada entre os ativistas dos movimentos sociais) junto com esta visão reformadora que propõe a Nova Utopia, a rejeição do Estado é tão forte (na teoria) que exclui também o Partido, o qual passa a ser visto como força institucionalizadora e, nesta medida, peça da engrenagem do Estado. Existe, na formulação radical deste tipo de teoria democrática, uma fusão do anarquismo leigo com o solidarismo católico.

Subjacente a estas teorias (que propõem simultaneamente ideologias favoráveis a diferentes tipos de democratização) existem não só as diferenças explícitas quanto ao que seja a "verdadeira" democracia, como, o que sociologicamente é mais importante, quanto a quem sejam os "sujeitos históricos" da democratização desejada. A distinção no plano dos ideais democráticos é simples:

- . para os liberal-democratas (como em qualquer parte do mundo) trata-se de estabelecer um regime competitivo, que aceita as diferenças de riqueza e propriedade (de classes), mas que pretende distinguir a possibilidade de um Bem Comum (o Espírito Público) que seja exercido e controlado em esferas definidas do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) através de mecanismos de representação e de legitimidade explícitas (delegação de poderes, eleições etc.) que assegurem a existência e a soberania do cidadão como o "ser político" por excelência, como sujeito individual da história;

- . para os liberais-conservadores estatizantes trata-se de reconstruir uma ordem política fundada na idéia de que o Bem Público as senta melhor no Executivo, cujos desmandos hão de ser controlados, por um lado, pela vontade da Nação e por suas "aspirações permanentes" tal como algum setor privilegiado da burocracia (os militares) a concebem, expressam e renovam, e, por outro lado, pela existência de certos canais de representação (partidos e assembleias) com direito a voz porém não à ação no que diz respeito às grandes decisões do Estado. Acrescentam a isso - como concessão - a liberdade dos meios de comunicação e, até certo ponto, a liberdade de organizações da sociedade civil (partidos, sindicatos, Igreja) que - embora controladas - exercem pressão e indiretamente permitem que os guardiões da ordem corrijam o curso de suas políticas. O verdadeiro sujeito do processo político é o Estado en quanto burocracia iluminada, pensado como encarnação da vontade metafísica de realização do povo;
- . para os democratas-basistas, o fundamental é a organização autônoma da população ao redor de reivindicações concretas - quase sempre de alcance e consequências diretas em favor do bem-estar de parcelas desprovidas do povo - que devem ser exigidas da Autorida de Pública sem intermediação ostensiva de partidos e se possível sem a delegação de responsabilidade a representantes eleitos. A vontade geral, neste caso, apresenta-se integralmente quando encar nada por uma parcialidade que em sua totalidade expressa um objetivo ou um desejo. O sujeito do processo político passa a ser uma "comunidade de convivência": vizinhos, trabalhadores da mesma fábrica, moradores sem terra que medeiam suas aspirações ao redor do controle de uma área etc.. Mais do que a solidariedade algo abstrata de uma "classe", requer-se a solidariedade de uma "categoria" profissional ou de um segmento específico do povo para dar substância à reivindicação democratizante.

Vê-se, por esta caracterização tipológica do estilo de democratização almejada e dos atores privilegiados para sua concretização que, com exceção da postura liberal-democrática (semelhante à que prevaleceu nos processos de democratização dos países de desenvolvimento

originário) as demais posturas que tiveram maior vigência no processo brasileiro contemporâneo são, no mínimo, "heterodoxas". Uma vertente vem do autoritarismo reformado; outra do solidarismo cristão penetrado pelo anarquismo anti-estatizante.

Seria incorreto imaginar que o espectro de pressões democratizantes se tenha limitado a estas presenças. A visão socialista clássica, com todas as considerações relativas à temática da relação entre revolução social e democracia verdadeira, está subjacente entre seguidores de partidos de expressão política restrita, mas capazes, às vezes, de ação estratégica: o Partido Comunista (pró-soviético), o P.C.do Brasil (pró-Albânia), diversos grupamentos trotskistas, mantiveram o ideário clássico e privilegiaram o "papel histórico" do proletariado no avanço democrático. Mas ora se uniram ao ideário liberal-democrático, ajustando suas aspirações revolucionárias para uma "etapa" posterior à da vigência plena do Estado de Direito, ora somaram-se (no caso dos trotskistas e dos "albaneses") às pressões basistas em prol de uma democracia mais direta.

Além disso, no curso concreto da ação política, quando estas tendências confluíram na formação de partidos (especialmente depois de 1979) e na ação em movimentos sociais específicos (como nos sindicatos e nos movimentos em prol de uma Central Única de Trabalhadores) raramente o "basismo" pode manter-se imune a redefinições relativas ao papel político dos oprimidos sob a batuta dos sindicatos e da "classe trabalhadora"; de igual modo, nos partidos mais influenciados por um ideal de democracia competitiva à la ocidental (como o PMDB e o PDT) os segmentos ideológicos "marxistas-leninistas" foram suficientemente influentes para que a idéia de uma relação direta entre "presença ativa de trabalhadores" e capacidade de efetivamente redemocratizar compensasse as limitações de uma visão liberal-democrata leniente na convivência com as desigualdades sociais.

O leitor versado na história das idéias políticas relê nestas distintas posturas o debate entre Locke, Hegel e Rousseau, como inspiradores (sem o saberem) das polarizações vigentes. Mas percebe também que os liberais brasileiros são lenientes com a presença do Estado.

Os autoritários com ímpetos liberal-conservadores estão salpicados não só de Montesquieu (cada regime conforme a natureza da sociedade; e na sociedade industrial impõe-se certa divisão e certo equilíbrio entre os poderes), mas de influências contraditórias que vão desde a aceitação de certo tipo de Planejamento como até a formulações de um hobesianoismo deformado, à autoritária. E os radicalmente democratas, por mais que façam afirmações basistas favoráveis à "democracia direta", incorporam pitadas de Gramsci, misturam até mesmo certo leninismo e não se desvencilham facilmente da preocupação com o Partido e com o Estado.

Pudera! a sociedade na qual se desenrola o processo político tem pouco a ver com as sociedades e com os problemas que foram enfrentados pelos clássicos.

É neste ponto que minha perspectiva sobre a "dependência" cruza com o debate sobre a democracia.

NOVAS IDÉIAS?

Seria de estranhar se autores vinculados à tradição de análise histórico-estrutural, diante do autoritarismo e do processo de sua transformação numa ordem mais liberalizada, fizessem a crítica do autoritarismo e a defesa da democracia a partir de uma visão lockeana das duas liberdades - a econômica e a política - ambas fundamentadas no individualismo filosófico. De igual modo, se a justificativa viesse pelo lado do utilitarismo filosófico, à la Bentham e da idéia de otimização de oportunidades no "mercado político", haveria inconsistência de ponto de vista.

Entretanto, há outras vertentes na história das idéias e, mais do que nelas, na prática sócio-política, a partir das quais se pode fundamentar e justificar teórico-ideologicamente a defesa do "campo da democracia" no caso brasileiro. Chamei a atenção para a inversão real (não epistemológica) da relação entre Estado e sociedade, que caracteriza os países cujo desenvolvimento se dá nos moldes depen -

dentes-associados (e que também ocorre nas sociedades de "democracia avançada"). Recorrendo a outros argumentos, vários sociólogos e politicólogos brasileiros têm procedido de modo semelhante. Recorde apenas um exemplo: a noção de "cidadania regulada", desenvolvida por Wanderley Guilherme dos Santos, procura mostrar a similitude e a diferença existentes quando se compara o processo de formação da cidadania à la Marshall e o processo que ocorre no Brasil. Cidadão, entre nós, seria o trabalhador cujo direito é reconhecido pelo Estado.

O peso da burocracia empresarial (que eu chamei noutras oportunidades, para provocar reações, de "burguesia estatal") é sobejamente reconhecido nas análises políticas sobre o Brasil contemporâneo. E o papel-chave do Serviço Nacional de Informações (SNI) como "partido" das Forças Armadas e da alta burocracia foi ressaltado por Alfred Stepan.

Em outros trabalhos chamei a atenção tanto para a forma política de enlace entre a burocracia e o empresariado (os anéis burocráticos) quanto para o fato de que entre nós, ao contrário do que ocorreu na filosofia política clássica, o sujeito a ser constituído e justificado não é o Estado, mas o cidadão e a classe. Tudo isto quer dizer que implícita e às vezes explicitamente existe um outro paradigma de análise política em elaboração.

Como fiz nos itens anteriores, darei aqui apenas exemplos para ilustrar o argumento. Um exemplo será relativo à formação dos partidos e do sistema partidário; outro relaciona-se a aspectos prático-epistemológicos da legitimação em curso do ideário democrático.

PARTIDOS, HOJE

No nível mais abstrato a discussão sobre a especificidade dos partidos já foi colocada pela teoria da dependência: as aves que aqui gorgem não gorgem como lá. Mas, são aves e também gorgem. Parecem ser o mesmo; mas marcam suas diferenças. Por este prisma, a polarização Partido Conservador-Partido Liberal do Império ver-se-ia, ao mesmo tempo, como núcleo dicotomizador fundamental de ideologias políticas, cone de sombra de um centro irradiador mais forte e genuíno - dos países centrais - e como quase-mistificação. Uma elite culta e desenraizada (no plano intelectual) utilizando como bandeiras aparentes de luta idéias, mais do que interesses. De fato, sob o clamor dos debates parlamentares, campeavam firmes o latifúndio e a escravidão.

Entretanto, ao mesmo tempo em que uma engajada análise desmistificadora fosse capaz de mostrar o quanto de refração de interesses produzia o prisma ideológico, teria de mostrar que a visão conservadora e a visão liberal também conformavam resoluções e adaptações que incidiam sobre o real. Não se tratava pois de "mera alienação".

Penso que deste ângulo o sistema partidário de hoje sofre de vicissitudes semelhantes. O aspecto ideológico, que era mais nítido na polarização Arena-MDB, era real, assim como é certo que, noutro plano, deformava diferenças de interesse, diluía distinções e encobria acordos sociais velados. O atual espectro, que vai do PDS ao PT, passando pelo PTB, PDT e pelo PMDB deixa entrever mais as diferenças e, no plano formal, quase satisfaz as belas almas. Estas andam sempre em busca de um cartesianismo ético que ligue a noção do "claro e distinto" com algum imperativo categórico: se alguém é trabalhador há de pertencer a tal ou qual partido e carregará consigo o bem do universo. O partido que represente este lado será capaz de estabelecer um Estado Virtuoso, que se dissolverá na Comunidade no futuro; se alguém é latifundiário - ou patrão - há de purgar o pecado de origem assumindo todos os males da sociedade e se tornará esteio da violência fundadora de qualquer Estado, posto que enraizada na sociedade de classes.

Mais que isso: como na Velha Europa, cada partido corresponderá - mais ou, menos, digamos - a uma situação de classe e, se nela houver contradições internas, corresponderá a uma nuance ideológica que expresse a fracção de classe. No plano formal, um centro, um centro direita e uma direita opor-se-ão a um centro-esquerda e à esquerda. Enquanto os partidos reais não se acomodarem ao modelo.

serão inautênticos, débeis para organizar os interesses sociais, me-
ros instrumentos da manipulação das forças da ordem, encasteladas
no Estado que reina dispensando a representação e a legitimidade de
mocrática.

Deixemos à margem a discussão sobre se o modelo funcionou na situa-
ção histórica paradigmática, européia. Não nos percamos em discus-
sões laterais sobre as mudanças ocorridas na sociedade industrial
de massas sob os influxos do capitalismo monopólico internacionali-
zado e sob a ação do Estado-interventor. Assumamos que nada disso
afeta o argumento dos garimpeiros da autenticidade partidária. Ain-
da assim: por que uma sociedade dependente, penetrada pelo capita-
lismo internacional de cabo a rabo, nascida de uma situação coloni-
al-capitalista-moderna, baseada na escravidão, articulada ao redor
da burocracia estatal, haveria de desembocar numa situação de clas-
ses e política, semelhante à que prevaleceu nas sociedades organiza-
das pelo dinamismo burguês-liberal e às vezes burguês-estatal, lu-
tando, por um lado contra o Ancien Régime e por outro contra a ple-
be e a classe trabalhadora emergente?

Só mesmo se o argumento estiver ancorado numa filosofia finalista
da história e passar por cima das diferenças entre situações histó-
ricas (especialmente deixando de lado o que ocorreu na sociedade
norte-americana que não seguiu tal paradigma), poder-se-ia ter a ex-
pectativa de que no Brasil os partidos, as classes e suas lutas se
dessem à imagem e à semelhança do Molde Único da História.

Por certo, há as convergências. E não é tão fácil, como muitos fizeram, jogar fora os argumentos, mesmo ideologizados, à la Raymond Aron, sobre os efeitos igualizadores da sociedade industrial moderna. Mas a concepção do partido político moderno como "uma máquina organizativa e um programa político estruturado e articulado", como sustenta Umberto Cerroni (1) descreve uma situação histórica e não a História. Cerroni se opõe à noção de partido como "facção", nascida do comitê eleitoral ou do clube, que desemboca no Parlamento. E tem como modelo os partidos socialistas europeus (e comunistas) nos quais a participação da massa de aderentes, a estrutura organizativa e uma certa concepção do mundo (uma filosofia política) constituem o cerne vital que os anima. Entretanto — e é o próprio Cerroni quem o afirma —, deste modelo se afastam os partidos norte-americanos e os partidos da social democracia (o Labor e a SPD) na medida em que acentuam os interesses corporativo-econômicos e os separam da luta por uma concepção do mundo; neles prevalece a "operação política" sobre a concepção política global.

Com este argumento, reduzo, naturalmente, a abrangência da definição clássica (marxista e leninista) do Partido: ele não é sempre a expressão de um interesse de classe somado a uma idéia transformadora, a uma concepção do mundo. Mas não quero eliminar a temática, também de Cerroni — ou de Gramsci — de que, de qualquer forma o Partido é o lugar da mediação entre idéia e interesse, nó górdio de toda política. Apenas, quero dizer que esta mediação assume formas

(1) CERRONI, Umberto - Teoria del partido político. Roma, Editori, 1979, pag. 13.

historicamente muito variáveis, das quais a noção do partido como "embrião de uma estrutura estatal", e portanto revolucionário porque em choque com a estrutura estatal prevalecente, é o resultado de uma situação histórica específica e não a matriz de toda definição essencial de partido.

Imbuídos, portanto, de maior modéstia teórica, que obriga a reconhecer as limitações do fenômeno partido enquanto "fato social abrangente" que dá sentido a toda política (mesmo nas democracias industriais avançadas) é possível discutir com mais propriedade o fenômeno partidário brasileiro atual.

Em nosso caso não se pode dizer que os partidos tenham nascido no Parlamento, apenas, nem que eles sejam a expressão de uma máquina organizativa que se constituiu para permitir a adesão maciça de militantes. E menos ainda que eles sejam movidos em suas lutas e diferenças por uma concepção global do mundo.

Dizendo com todas as letras e sem temer o paradoxo: a legislação casuística de um regime autoritário de base militar teve um papel crucial (a despeito de suas intenções) na formação dos partidos brasileiros. Foi para obedecer ditames legais que PMDB e PDS, PTB e PDT e até mesmo o PT tiveram que sair da casca de ovo da acomodação entre os parlamentares e uma direção partidária que sequer era burocrática porque não havia máquina partidária propriamente dita para ser controlada.

Explico-me. No regime autoritário, pela circunstância, MDB e Arena se limitaram a ser a expressão de uma vontade do eleitorado que se expressava na escolha de deputados e senadores: vontade distorcida pela apatia, pela falta de informação e pela violência. Os parlamentares, constrangidos pela lei autoritária, optaram entre dois partidos cujos dirigentes eram também congressistas. Havia sim, se não uma "concepção do mundo", uma oposição concreta de ideais quanto à forma de governar: democracia versus autoritarismo; e os interesses pululavam por trás dessa dicotomia, sem necessariamente alinharem-se de modo bi-unívoco. Mas não havia correspondência articulada entre a sociedade e o Estado, no qual — se considerarmos o Poder Legislativo como parte, e parte fraca — deitavam raiz Arena e MDB.

O trabalho de articulação entre sociedade (com seus interesses e com sua cultura) foi sendo tecido penosamente durante os anos do autoritarismo. Na linguagem política brasileira, foi-se designando como sociedade civil tudo o que era fragmento de articulação e que escapava do controle imediato da ordem autoritária. Sem rigor mas com eficácia, foi-se designando toda a oposição — da Igreja, da Imprensa, da Universidade, das Corporações profissionais, dos Sindicatos, da Empresa e dos Partidos — como se fosse a movimentação da Sociedade Civil. E descobriu-se, sem que ninguém o tenha notado como escândalo, que ocorria aqui, ^{com nuances,} o oposto do que Gramsci descrevia com relação à Itália: voltava-se à concepção latina de sociedade civil:

"Em toda a tradição jusnaturalista, a expressão societas civilis, em vez de designar a sociedade pré-estatal, como irá ocorrer na tradição hegeliano-marxista, é sinônimo — segundo o uso latino — de sociedade política, ou seja, de Estado: Locke usa indiferentemente um e outro termo. Em Rousseau, état civil significa Estado. Também Kant, que — ao lado de Fichte — é o autor mais próximo de Hegel, quando fala (nas *Idee zu einer all gemeinen Geschichte in weltbuergerlicher Asicht*) da tendência irresistível que a natureza impõe ao homem no sentido da constituição do Estado, chama essa meta suprema da natureza em relação à espécie humana de *bürgerliche Gesellschaft*" (2).

Reafirmo que o objetivo destas notas não é teórico-erudito. Deixo, portanto, à margem a polêmica (necessária) sobre os alcances e os limites do paradigma gramsciano para a análise da política brasileira. Gramsci em sua polêmica contra o economicismo (e contra a leitura objetivista do primado da estrutura) reintroduziu o primado do Partido, assim como em sua luta contra a ditadura reintroduziu o momento da idéia, na temática da hegemonia. Neste aspecto inovou e legou uma herança viva; mas não nos serve de muleta para a descrição da situação histórica com que nos defrontamos. A incorporação do tema relativo ao momento de liberdade germinado na sociedade civil (pensada não mais como "sociedade natural") e da hegemonia é necessário e útil; mas é preciso ter em conta que no Brasil (e nos países periféricos que se industrializam sob a égide do capital monopolístico internacional, bem como nas sociedades industriais da democracia avançada) a velha oposição jusnaturalista e também a oposição hegeliana entre os produtores e o Estado tem seus limites desfeitos. O Estado produz, regula relações econômica e é parte constitutiva da sociedade fabril e de serviços. Dá-se um amálgama no-

(2) BOBBIO, Norberto - O conceito de sociedade civil. São Paulo, Graal, 1982, p. 26.

vo, no qual a hegemonia, o momento da liberdade (as idéias, os intelectuais, as grandes instituições reguladoras) não podem ser pensadas separadamente da sociedade política. Existe uma pan-politização do social e uma socialização do estatal, como notou Pietro Ingrao.

Por isso, quando irrompeu no Brasil um novo momento de politização, os partidos nasceram, ao mesmo tempo, como forma estatal e como instrumento de organização da luta, das classes, das idéias, inclusive daquelas anti-Estado.

Diante disso, alguns imaginaram que a forma-partido, para ser autêntica, haveria que incorporar os "movimentos sociais" e poderia ser a encarnação da idéia libertadora. E muitos, ao avaliarem a segunda questão que eu coloquei no início deste artigo, a da representatividade, recusam, de plano, que partidos não nascidos diretamente de "movimentos sociais" e que talvez nem aspirem a englobá-los e a representá-los sejam, de verdade, partidos.

Mas, por que não?

Se a nova sociedade industrial interpenetra Estado e sociedade, a verdadeira questão dos partidos e de sua representatividade não está na polarização entre a "sociedade dos produtores" e a sociedade dos administradores e dos coatores. Ela está na capacidade (ou não) dos partidos lançarem pontes (movediças) para um e para outro lado da antinomia, como os famosos "forward and backward languages", do

desenvolvimento econômico.

Lugares de mediação entre os interesses e idéias, entre a coação e a hegemonia, entre o institucionalizado e o vir-a-ser, entre a Administração, a Dominação e a Rebelião, os partidos contemporâneos são necessariamente contraditórios neles próprios. Sua capacidade de articulação é sempre tênue: as grandes organizações corporativas (o Sindicato, a Empresa, a Igreja) não se dissolvem nos partidos; ao contrário, são eles que correm o risco de serem absorvidos por elas, como no exemplo do Labour Party. Tampouco a movimentação da sociedade — a greve, a ocupação de terrenos urbanos, os riots, o movimento sindical e universitário, a própria Imprensa — se ancora em Partidos. A trajetória dos partidos e destes movimentos pode coincidir; em alguns momentos haverá o casamento, mas logo depois da noite de amor virá a náusea, se não o divórcio. E haverá que refazer, incessantemente, a proposta de novas aventuras, cujo resultado será próximo ao de Bernarda Alba. Mas sem tragédia; como rotina.

Pálidos substitutivos para os partidos de antigamente, dirão os saudosistas. Tan pis. São os partidos que temos, não os que queramos. E dentro desta limitação exercem funções políticas relevantes.

Voltando ao factual: foi assim, sem grandes ilusões, que os partidos de hoje se formaram, quase todos. E no afã de conquistarem palcos de poder, teceram alguma relação com a sociedade.

Não irei longe na exemplificação. Começando pelo PT (que ^{nesta espécie} é mais co-
mo os partidos de antigamente) é inegável que lançou pontes em seto-
res sociais definidos: operários do ABCD, classe média intelectua-
lizada, segmentos do povão influídos pelo circuito da Igreja da Li-
beração. Não capturou, é certo, o movimento sindical; não se arti-
culou nacionalmente; está penetrado por setores de "esquerda organi-
zada". Nada disso no meu entender, diminui o feito: se não vier a
ser o grande partido de massas sob a hegemonia dos trabalhadores, se-
rá, contudo, o partido de setores de trabalhadores e de setores in-
telectuais capazes de propor uma sociedade alternativa. Serão im-
perfeitos na proposta, contraditórios etc. Mas quem não?

Se a tese é mais evidente quando se toma o PT para exemplificá-la,
não deixa de ser também débil: por acaso não foi o PT o partido de
mais fraco desempenho eleitoral? Das duas uma: ou com esta referên-
cia se está mostrando que o partido que mais se aproxima (nos seus
propósitos) do paradigma da representação autêntica, ao não prospe-
rar eleitoralmente condena os demais a serem a contra-prova da inau-
tenticidade, ou, ao contrário, se argumenta que o PT apesar e não
por causa de sua ânsia pela representação direta, conseguiu articu-
lar-se no sistema político brasileiro.

Não desejo aprofundar as hipóteses. Mas eu diria que foi mais ape-
sar: o PT calou fundo nos setores (reais e importantes, especial-
mente em termos de renovação política) sensíveis ao ideológico. E
ficou restrito, em termos do estilo de representação mais refrata-
da, mais difusa, que se organiza tendo em vista as grandes polarida-

des eventuais e centrais (ao mesmo tempo) das sociedades de massa.

Onde reside a fraqueza de um partido do tipo do PT como expressão da vontade coletiva, surge o PMDB com força. As observações sobre o caráter de "frente" mais do que de partido, desta agremiação política não captam o fundamental: nas sociedades de massa os partidos democráticos e abertos à variabilidade do social são, em certo sentido, frentes. Mas não perdem o caráter de partido, à condição de se posicionarem diante dos grandes temas, difusos mas capazes de produzir a clivagem política que permite ao eleitor uma opção. E à condição, também, de terem uma liderança capaz ao mesmo tempo de promover a negociação interna entre as alas do partido (ora cooptando, ora efetivamente abrindo espaços de participação e de expressão) e de exibir uma coerência simbólica frente às grandes questões nacionais.

Obviamente, nem o PT se limita às funções assinaladas, nem o PMDB é organicamente desvinculado de suas bases. Exagero no argumento para ressaltar diferenças. Bastaria recordar que nunca, por exemplo, houve em São Paulo partido com tantos filiados espontâneos e tão estruturado em diretórios como o PMDB. E basta ver as profissões exercidas pelas pessoas que ocupam as posições de liderança interna do partido para verificar que o PMDB constitui o desaguadouro político da classe média e das lideranças do setor popular: o médico, o advogado sindical, o bancário, a professora, a assistente social compartilham (abocanhando as posições hegemônicas) com o líder sindical do interior, com o presidente do Sindicato rural e com o

líder de bairro, o poder nos diretórios.

O próprio PDS, partido nascido do clientelismo da Arena, braço político da burocracia autoritária, renovou-se parcialmente. Existem hoje novas lideranças conservadoras que não são imobilistas e que causam certo impacto no PDS. Não teria sido possível a vitória do partido do governo em certos estados não fosse a soma da pressão oficialista, dos recursos financeiros avultados e de modernização das lideranças.

Com mais percalços, os partidos trabalhistas buscaram também ter perfil próprio. Não tanto o PTB, sacudido pelo personalismo de Jânio Quadros e Sandra Cavalcanti e pela incoerência de sua liderança que assim o impediu de ser algo mais do que uma "frente de pessoas" arriscando-se à função de biombo do interesse governamental, como o PDT. Este, debatendo-se para emergir com a força representativa de um partido "social democrata", tropeça no grande obstáculo: sua força eleitoral provém de uma liderança pessoal lastreada num movimento poli-classista de repulsa a uma aliança sem futuro (esquerda e fisiologismo) num estado ^{— o Rio de Janeiro —} onde a base operária é modesta. Em São Paulo, onde a classe trabalhadora conta, o PT e o PMDB ocuparam o eventual espaço de um partido social democrata.

Não cabe, neste artigo, mais do que apontar estes fatos. Não desejo analisar cada partido. Apenas rebato a idéia muito difundida de que os partidos são "inautênticos" (3) e incapazes de servir de

(3) Para argumentação semelhante referente a um período onde a "representação" era ainda mais discutível, ver Fábio Wanderley Reis, "O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro", manuscrito.

filtro às aspirações do eleitorado.

Com isso não nego que a institucionalização partidária está longe de ter-se completado nem, muito menos, que existam problemas sérios de representatividade não apenas ao nível de cada partido, mas do próprio sistema partidário. Duverger chamou suficientemente a atenção para a importância da legislação eleitoral e partidária na cristalização institucional dos regimes políticos. É gritante, no caso brasileiro que a legislação vigente — casuística e dócil à manutenção dos interesses dos que exercem o poder desde 1964 — é um entrave à democratização. O PP derrapou e desapareceu por força desta legislação. O PT corre risco semelhante se o voto distrital for estabelecido sem o sistema de dois turnos. E os partidos trabalhistas, se não se unirem, terão poucas perspectivas.

Pior ainda, o sistema eleitoral distorce a vontade popular de modo alienante. As oposições obtiveram 8 milhões de votos de vantagem e escassa diferença na Câmara dos Deputados. Tudo isso sem mencionar o Colégio Eleitoral que escolherá o presidente da República, se tudo permanecer como está. Mas é preciso não confundir a ação perturbadora do autoritarismo perpetuado na legislação com a incapacidade da sociedade civil organizar-se através dos partidos. Estes, se não são como os de antigamente, é porque são mais afins com outro tipo de sociedade. Mesmo que se modifique a legislação eleitoral para permitir que a democratização avance, os partidos continuarão a ser instrumentos apenas parciais da vontade popular e nacional, a brigarão em seu seio alas muito divergentes (sem mencionar as dife

renças regionais em cada partido), estarão em permanente e insolúvel tensão com os movimentos sociais e com as irrupções renovadoras da sociedade de massas, e viverão criativamente (ou não, dependendo das lideranças e das circunstâncias) a dialética entre frente e partido, entre função agregadora de interesses e função ideológica.

Um comentário final: ^{se bem se quer} se me esforcei para mostrar que não há porque exigir dos partidos que eles se ajustem ao paradigma europeu clássico (lá também moribundo depois da década de 1950), seria ingênuo imaginar que a polarização Partido Republicano/Partido Democrático é a bússola do sistema partidário brasileiro. Entre nós, depois do assédio populista através do qual as massas irromperam no Estado (e nele estagnaram) as diferenças e contradições sociais e regionais e a própria tradição de absorção da intelectualidade nos partidos darão muito maior vigor aos "núcleos ideológicos", em cada partido. Sem falar na presença, que será constante, dos comunistas e, com menor peso específico, dos socialistas.

É melhor, portanto, pensar o futuro do sistema partidário de modo aberto. Nem estamos condenados por qualquer lei estrutural ao bipartidarismo (apesar da tendência à bi-polarização própria das sociedades contemporâneas) nem à "desideologização" da política. Constituiremos — como agora — um blend peculiar, no qual o encontro entre uma tradição histórica européia, com uma sociedade que se refaz, partindo da base colonial-escravocrata-exportadora, na direção da sociedade industrializada e de serviços (mas localizada na Periferia do sistema capitalista) refratará qualquer tendência conver-

gente com as sociedades ocidentais, em direções inesperadas, porém não inexplicáveis.

A LEGITIMAÇÃO DA IDEIA DEMOCRÁTICA

Resta fazer alguns comentários sobre os fundamentos utópico-teórico ideológicos da idéia de democracia numa sociedade de massas em um país de economia dependente.

Salta aos olhos que o "individualismo possessivo" e a idéia do cidadão-proprietário como fundamento da democracia é pobre para justificar a luta democrática no Brasil. O que está em jogo hoje não é a "liberdade do indivíduo" versus o totalitarismo do Estado. O tema da liberdade individual (psicológica, física, política) é parte integrante, naturalmente, de um processo político que dá sequência à luta contra uma ditadura militar que oprimia e torturava. Mas a desigualdade social e a fragilidade do indivíduo diante da Empresa e da Burocracia clamam pela legitimação de um sujeito histórico "coletivo": é o sindicato, a comunidade, o movimento e mesmo o partido quem aparece como o ator em constituição para contrapor-se ao arbítrio e à exploração.

Este fundamento não-individualista da doutrina democrática embrionária é difícil de constituir-se e paga um preço para legitimar-se. Sua emergência, entretanto, é sensível até mesmo no plano vocabular e semântico: ao antigo eu do líder, substitui hoje o "a gente" - expressão pouco corrente no vocabulário das décadas passadas e que ex

pressa algo próximo ao "on" francês - sujeito indeterminado - acrescido do sentido concreto dos "aqui presentes". A tal ponto a reivindicação democratizadora vem hoje embebida deste caráter que suas consequências político-institucionais são graves.

Com efeito, a teoria da delegação e da representação, muito vinculada à concepção do cidadão-eleitor, individual e ser racional, de origem clássica é posta em xeque, frequentemente pela força do "nós coletivo", única capaz de legitimar uma vontade geral que se concretiza. O resultado desta atitude é transparente: dificuldade quando não horror à delegação e à definição de lideranças. Este processo tornou-se visível por exemplo nas greves - especialmente nas categorias profissionais, como funcionários públicos e professores - nas quais o "assembleísmo" pôs em xeque a "negociação por representantes".

Com presença difusa esta mesma atitude radicalmente democrática e coletivista gera a desconfiança da massa diante dos parlamentares, para não falar no já mencionado "fosso" entre sociedade-massa e Estado.

Não obstante, seria incorreto deixar de perceber que apesar das dificuldades que tais valores colocam para a institucionalização da vida democrática, elas revelam, no polo positivo, a emergência de uma vontade renovadora da sociedade civil que recusa aceitar que a "abertura política" se estanque a nível de uma re-democratização, aceitos os princípios individualistas-liberais que salvaguardaram no

passado a injustiça social, a desigualdade de classe e a dominação tradicional-burguesa.

No vértice oposto do pensamento redemocratizador atual há também renovação. Refiro-me à assimilação do que está ocorrendo como tendência nos países de "democracia avançada" européia, na esfera da participação e do controle do aparelho do Estado.

Se o ímpeto "basista" e de constituição de um sujeito popular-coletivo para sustentar o novo sujeito histórico da democracia rompe os liames com a institucionalidade, o impulso reformador-democrático dos que aceitam a realidade contemporânea da onipresença do Estado rompe as ilusões da possibilidade de uma democracia "da sociedade civil".

Caminhou-se menos, em termos de movimento político e de idéias democrático-reformadoras neste nível, mas caminhou-se. Existe em gestação um pensamento democrático que não se restringe à aceitação do jogo partidário-parlamentar (embora considere-o fundamental, tanto quanto a defesa da intangibilidade da pessoa e de seus direitos o é para a vertente anterior) como forma de justificar o ideário democrático.

Sem que exista a transparência da informação e do processo de tomada de decisões na Empresa (privada ou do Estado) e na Burocracia (idem, ibidem), e sem que existam mecanismos de participação e de controle envolvendo tanto os partidos quanto, de modo direto, os pú

blicos interessados, o processo de democratização torna-se capenga e encontra pouca receptividade numa sociedade na qual o "privado", em sentido estrito, é débil diante do interesse organizado, corporativo e estatal.

Não creio que essas idéias, de modo rigoroso, sejam "novas". Mas a combinação delas e especialmente sua difusão no Brasil são, de facto, novos. Eu não diria que a redemocratização, com as características que começam a insinuar-se, pudesse ocorrer sem que houvesse, ao mesmo tempo, um choque entre um Brasil que se urbaniza e se industrializa e o arcaico conjunto de práticas e noções geradas pelo Estado Autoritário. Tampouco, entretanto, diria que o processo actual de redemocratização tenha sido o "efeito esperado" dos referidos processos gerais de mudança social. Houve -na intersecção entre "mudanças estruturais" não programadas e práticas autoritárias sustentadas pelos grupos de poder -lutas sociais específicas, correntes universais de opinião que confluíram, lideranças e formas político-organizativas que se impuseram e "efeitos inesperados" que se mesclaram (4).

O processo político em curso é o resultado - às vezes programado, às

(4) Dei o exemplo de uma "legislação eleitoral autoritária" que dinamizou partidos mais expressivos; poderia dar outro exemplo: o do desinteresse oficial pela manipulação dos sindicatos nos governos militares, que abriu espaço para um aproveitamento mais eficiente em benefício dos trabalhadores de garantias trabalhistas, através dos sindicatos e de seus advogados, bem como para que o espaço sindical fosse ocupado, em certas categorias, por líderes sindicais autênticos.

vezes imposto, às vezes refeito pelas lutas sociais e políticas - de tudo isso. Resultado que, certamente, não poderia ter sido "qualquer outro"; mas que não precisaria, tampouco, ser "só este". E que no futuro, talvez venha a ser "um outro".

ANEXO ESTATÍSTICO^(*)

- (*) Tabelas retiradas dos seguintes trabalhos: SERRA, J. - Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. Resumo da apresentação feita no Seminário sobre Industrialização e Desenvolvimento, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, dez. 1982 (mimeo); FARIA, Vilmar - Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. Trabalho apresentado ao 44º Congresso Internacional de Americanistas, Manchester, Inglaterra, set. 1982 (mimeo).

TABELA 1 - Indicadores Estruturais do Perfil da Sociedade Brasileira - (1950/1980)

INDICADOR	ANO	
	"Circa" 1950	"Circa" 1980
A. Urbanização		
1. Porcentagem da População vivendo em cidades de mais de 20.000 h.	21.5%	45.7%
2. Porcentagem da População vivendo em cidades (critério do censo)	36.2%	67.7%
3. Porcentagem de Domicílios classificados como urbanos	37.13	68.9%
B. Estrutura Ocupacional e do Emprego		
1. Participação das PEA setoriais na PEA total		
a) Setor Primário	59.90	29.93
b) Setor Secundário (Indústria de Transformação, Construção Civil e Outras Atividades Industriais)	14.18	24.57
b.1) Indústria de Transformação	9.40	15.66
2. Estrutura das Ocupações		
a) Porcentagem de Ocupações ligadas à Agropecuária e à extração	57.81	(31.08) *
b) Porcentagem de Ocupações Técnicas, Administrativas e Afins	10.34	(20.70) *
c) Porcentagem de Ocupações ligadas à Indústria de Transformação e à Construção Civil	12.64	(19.96) *
C. Estrutura da Renda Interna (Preços Correntes)		
a) Contribuição da Agricultura para a Renda Interna	24.9	13.2
b) Contribuição da Indústria de Transformação	20.2	26.3
D. Estrutura da Produção Industrial (Valor da Produção em Cr\$ 1970)		
a) Contribuição dos Bens Não-Duráveis de Consumo	72.8	34.4
b) Contribuição dos Bens Duráveis de Consumo	2.5	13.5
c) Contribuição dos Bens de Capital	4.3	14.7
E. Exportações		
a) Café (Contribuição das Vendas para o total exportado)	60.0	13.4%
b) Produtos Industrializados	-	56.5

FONTE: Os dados desta tabela foram retirados dos vários trabalhos indicados na nota (1).

* Estes dados se referem à PNAD de 1979, e não incluem as áreas rurais da zona Norte do país.

TABELA 3 - BRASIL - Número de Cidades de 20 000 Habitantes ou Mais na Sede do Município por Região e Classes de Tamanho (1950-1980)

REGIÕES	CLASSES		20 - 50		50 - 100		100 - 500		Mais de 500		T O T A L		
	50	80	Δ	50	80	Δ	50	80	Δ	50	80	Δ	Δ
Norte	-	10	10	1	3	2	1	2	1	-	2	2	17 15
Nordeste	13	67	54	7	18	11	2	15	13	1	3	2	103 80
Centro-Oeste	-	21	21	3	6	3	-	3	3	-	1	1	31 28
Sudeste	36	129	93	11	53	42	3	46	43	2	5	3	233 181
Sul	12	57	45	2	24	22	2	15	13	-	2	2	98 82
Brasil	61	284	223	24	104	80	8	81	73	3	13	10	482 386

FONTE: FIBGE. Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

TABELA 4 - BRASIL - Número de Cidades de 20.000 Habitantes ou Mais
1950-1960-1970-1980

ANO	NÚMERO	AUMENTO	
		ABSOLUTO	%
1950	96		
1960	172	76	79.2
1970	300	128	74.4
1980	482	182	60.7

FONTE: Tabela 2.

rio, corre-se o risco de comparar um ano de auge com outro da fase aguda de contração, chegando a inferências inadequadas, se partirmos da base de que em conjunturas recessivas o emprego nos setores dinâmicos tende a cair, deixando capacidade ociosa instalada. Assim, apesar de se dispor, para o período como um todo, apenas de informação censitária, o que permite avaliar somente a variação de cenal do emprego tomando como referência os anos de 1950, 1960, 1970 e 1980, na Tabela 13 apresentamos as taxas médias geométricas anuais de crescimento do produto industrial e da construção civil. Isto poderá ajudar-nos a avaliar o desempenho destes dois setores quanto à evolução do produto, nas várias décadas aqui analisadas.

TABELA 13 - BRASIL - Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento da Produção Industrial e da Construção Civil (1947-1980)

PERÍODO	CONSTRUÇÃO CIVIL	TOTAL DA INDÚSTRIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL			
			BENS DE CONSUMO DURÁVEL	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS
1947-1955	5.5(*)	9.0(*)	17.1	11.0	11.8	6.7
1955-1962	5.1	9.8	23.9	26.4	12.1	6.6
1956-1967	(2.8)*	2.6	4.1	(2.6)*	5.9	0.0
1967-1970	9.8	11.9	21.7	13.5	13.7	0.8
1970-1973	12.0	13.5	25.5	22.7	13.2	9.1
1973-1976	12.1	9.1	10.3	13.0	8.7	4.8
1976-1980	6.2	6.4	8.6	3.4	8.0	4.1
1947-1980	5.6(**)	8.5(**)	15.3	12.8	10.5	5.8

ONTE: SERRA, 1981.

*) Período 1949-1955.

**) Período 1949-1980.

)* Conforme Tabela original, sem explicação do significado.

TABELA 14 - BRASIL - Distribuição da População Economicamente Ativa (10 anos ou mais) por Setores e Sub-Setores (1950-1980)

SETORES	1950		1960		1970		1980	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
<u>Primário</u>	10 252 839	59.9	12 276 908	54.0	13 087 521	44.3	13 109 415	29.9
<u>Secundário</u>	2 427 364	14.2	2 940 242	12.9	5 295 427	17.9	10 674 977	24.4
. Indústria de Transformação	1 608 309	9.4	1 954 187	8.6	3 241 861	11.0	6 858 598	15.7
. Indústria de Construção	584 644	3.4	781 247	3.4	1 719 714	5.8	3 151 094	7.2
. Outras Atividades Industriais	234 411	1.4	204 808	0.9	333 852	1.1	665 285	1.5
<u>Terciário</u>	4 437 159	25.9	7 532 878	33.1	11 174 276	37.8	20 012 371	45.7
. Distribuição (Comércio e Transportes)	1 581 233	9.2	2 455 615	10.8	3 415 359	11.6	5 926 848	13.5
. Prestação de Serviços	1 781 041	10.4	3 028 933	13.3	3 925 001	13.3	7 089 709	16.2
. Atividades Sociais e Administração Pública	911 317	5.3	1 467 947	6.4	2 683 904	9.0	4 857 061	11.1
. Outras Atividades	163 568	1.0	580 383	2.6	1 150 012	2.9	2 138 753	4.9
TOTAL	17 117 362	(100.0)	22 750 028	(100.0)	29 557 224	(100.0)	43 796 763	(100.0)

FONTE: FIBGE. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

TABELA 15- BRASIL - Novos Empregos Criados - (1950-1980)

SETORES E SUBSETORES	1950/1960		1960/1970		1970/1980		1950/1980	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
<u>Primário</u>	2 024 069	35.9	810 613	11.9	21 894	0.2	2 856 576	10.7
<u>Secundário</u>	512 878	9.1	2 355 185	34.6	5 379 550	37.8	8 247 613	30.9
Indústria de Transformação	345 878	6.1	1 287 674	18.9	3 616 737	25.4	5 250 289	19.7
Indústria de Construção	196 603	3.5	938 467	13.8	1 431 380	10.1	2 566 450	9.6
Outras Atividades Industriais	-29 603	-0.5	129 044	1.9	331 433	2.3	430 874	1.6
<u>Terciário</u>	3 095 719	55.0	3 641 398	53.5	8 838 095	62.0	15 575 212	58.4
Distributivos	874 382	15.5	959 744	14.1	2 511 489	17.6	4 345 615	16.3
Pessoais	1 247 892	22.2	896 068	13.2	3 164 708	22.2	5 308 668	19.9
Sociais	556 630	9.9	1 215 957	17.9	2 173 157	15.3	3 945 744	14.8
Outros	416 815	7.4	569 629	8.3	988 741	6.9	1 975 185	7.4
Total	5 632 666	(100.0)	6 807 196	(100.0)	14 239 539	(100.0)	26 679 401	(100.0)

FONTE: Tabela 14.

TABELA 16 - BRASIL - Taxas de Crescimento da População Total, de Dez Anos e Mais, da População Urbana e do Emprego nos Setores Secundário e Terciário (1950-1980)

SETORES	TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO			
	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1950-1980
POPULAÇÃO				
Total				<u>2.86</u>
De Dez Anos e Mais	2.94	3.04	2.96	2.98
Urbana	6.31	5.77	4.83	5.64
EMPREGO				
TOTAL DO EMPREGO	<u>2.89</u>	<u>2.65</u>	<u>4.01</u>	<u>3.18</u>
<u>Secundário</u>	<u>1.93</u>	<u>6.06</u>	<u>7.26</u>	<u>5.06</u>
Ind. de Transformação	1.98	5.19	7.78	4.95
<u>Terciário</u>	<u>5.43</u>	<u>4.02</u>	<u>6.00</u>	<u>5.15</u>
Serviços Pessoais	5.45	2.62	6.09	4.71
Serviços Sociais	4.88	6.22	6.11	5.74
TOTAL DO EMPREGO URBANO	<u>4.31</u>	<u>4.63</u>	<u>6.42</u>	<u>5.12</u>

FONTE: FIBGE. Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980.

TABELA 20 - Estimativas da Proporção e do Número de Pessoas Consideradas Pobres em Cada Tipo de Localidade (1974) - ENDEF

TIPO DE LOCALIDADE	PESSOAS CONSIDERADAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA (ESTIMATIVA MÉDIA)	
	%	NÚMERO (1.000)
<u>Áreas Metropolitanas e Distrito Federal</u>		
São Paulo	6	498.7
Rio de Janeiro	8	570.9
Porto Alegre	6	95.5
Belo Horizonte	14	256.9
Curitiba	13	105.6
Salvador	36	444.6
Recife	41	785.2
Fortaleza	47	502.5
Belém	9	67.0
Brasília	13	87.8
<u>Áreas Urbanas Não-Metropolitanas</u>		
São Paulo	11	777.2
Rio de Janeiro	14	146.3
Minas Gerais/Espírito Santo	22	1 137.4
Paraná/Santa Catarina/Rio Grande do Sul	14	813.4
Nordeste	50	4 182.5
Norte e Centro-Oeste	25	277.5
<u>BRASIL URBANO</u>		
- Áreas Metropolitanas e Distrito Federal	13	3 414.7
- Áreas Urbanas Não-Metropolitanas	26	7 334.3
- Áreas Rurais	44	15 614.0

FONTE: THOMAS, Vinod, FAVA, Vera Lúcia e CUADRA, E.J.S. Disparidades regionais e urbano-rurais no Brasil: sua representação em termos de renda, nutrição e pobreza, mimeo, 1981.

TABELA 19 - Participação do Estado e do Setor Privado na Formação Bruta de Capital Fixo (%)

	1965*	1970*	1974	1975*	1976	1977	1978
Setor Privado	61.9	61.2	50.2	58.0	57.6	56.9	57.0
Setor Público	38.1	38.8	39.8	42.0	42.4	43.1	43.0
Administração Direta (Governo)	24.8	18.5	16.5	16.9	17.7	17.5	16.1
Empresas Públicas	13.3	20.3	23.3	25.1	24.7	25.6	26.9
S.P.E.			15.1	16.3	16.8	18.8	20.0
Outras			8.2	8.8	7.9	6.8	6.9

FONTE:

* 1965, 1970, 1975 - FGV, Centro de Estudos Fiscais (publicado por Julian Chace), Estado de São Paulo, 09. 10.77).

1974, 1976, 1977, 1978 - Estimados através do seguinte procedimento: a) inversões de Administração Direta através das Contas Nacionais, FGV; b) inversões das empresas públicas estimadas através de informações diretas das empresas e dos orçamentos anuais de investimento da SEPLAN; c) setor privado estimado por resíduo da FBCF total das contas nacionais.

Extraído de Coutinho e Reichstul, 1979.

Tabela 3

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL
(Cr\$ 10⁶ de 1970)

CATEGORIAS DE USO	1949		1959		1970		1975		1980	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de Consumo Não Durável	16 247	72,8	32 419	56,7	52 432	45,0	70 521	36,8	94 063	34,4
Bens Intermediários	4 552	20,4	14 079	24,6	40 082	34,4	66 296	34,6	102 410	37,4
Bens de Consumo Durável	565	2,5	2 934	5,1	10 836	9,3	25 475	13,3	36 951	13,5
Bens de Capital	949	4,3	7 724	13,5	13 116	11,3	29 459	15,4	40 227	14,7
Total	22 313	100,0	47 156	100,0	116 516	100,0	191 751	100,0	273 651	100,0

Fontes dos dados brutos: IBGE e Ministério do Planejamento.

Observações: - os valores para 1970 foram calculados a partir da participações relativas de cada categoria de uso, estimadas por Bonelli e Façanha (1978).
 - projetamos sobre estes dados as taxas de crescimento da produção real provenientes das séries da FIRGE e do Ministério do Planejamento.
 - calculamos os níveis de produção para o ano de 1949 utilizando as estimativas de Caudal (1969) para a distribuição dos gêneros industriais segundo as diferentes categorias de uso.

Tabela 5

Evolution do Emprego e da População Economicamente Ativa - Nível Absolutos e Taxas de Crescimento - 1940/80

RAZÃO	EMPREGO							TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS ANUAIS						
	1940	1950	1960	1970	1975	1980		40/50	50/60	60/70	70/80	75/80	80/85	40/80
Comércio	526473	832077	962224	1635751	2361440	-		4,7	1,5	5,4	-	7,6	-	-
Indústria	960663	1522844	1799376	2699969	3881051	4434060		4,7	1,7	4,1	5,5	7,5	2,9°	3,9°
Serviços	270335	414073	524488	812831	1615925	-		4,4	2,4	4,5	-	14,7	-	-
Agricultura	10159545	10996834	15633985	17582089	20345692	-		0,8	3,6	1,2	-	3,0	-	-

PEA

Total	14758598	17117362	22750028	29557224	38220494	43796763		1,5	2,9	2,7	4,0	5,3	2,7	2,8
Sector Primário	9723344	10352839	12276908	13087521	14332247	13109415		0,5	1,8	0,6	0,0	1,8	(1,8)	1,1
Sector Secundário	1535185	2427364	2940242	5295427	8480112	10674977		4,7	1,9	6,1	7,3	9,9	4,7	5,0
Sector Terciário	3500069	4437159	7532878	11174276	15307372	20012371		2,4	5,4	4,0	6,0	6,5	5,5	4,4
Agropecu., Ext; Veg. e Pesca	9723344	10352839	12276908	13087521	14332247	13109415		0,5	1,8	0,6	0,0	1,8	(1,8)	1,1
Ind. de Transform.	1099509	1608309	1954187	3241861	5457978	6858598		3,9	2,0	5,2	7,8	11,0	4,7	4,7
Ind. de Constr.	262700	584644	781247	1719714	2495032	3151094		8,3	2,9	8,2	6,2	7,7	4,8	6,6
Outras At. Industr.	172976	234411	204808	333852	527102	665285		3,1	(1,3)	5,0	7,1	9,6	4,8	3,2
Comércio do Hbr.	689438	943290	1478270	2247493	3423014	4111307		3,2	4,6	4,3	6,2	8,8	3,7	3,4
Transp. e Comml.	466226	637943	977345	1167866	1493535	1815541		3,2	4,4	1,8	4,5	5,0	4,0	3,4
Prest. de Serv.	1548769	1781041	3028933	3925001	5020538	7089709		1,4	5,5	2,6	6,1	5,0	7,1	3,9
Atividades Sociais	234215	398673	755043	1531563	2256577	3044909		5,5	6,6	7,3	7,1	8,1	6,2	6,6
Adm. Pública	404248	512644	712904	1152341	1353822	1812152		2,4	3,4	4,9	4,6	3,1	6,0	3,5
Outras Atividades	157173	163568	580383	1150012	1759886	2138753		0,4	13,5	7,1	6,4	8,9	4,0	6,7

FONTE: IBGE

° A PEA de 1975 foi calculada a partir da taxa média anual do período 1970/76.

°° Calculado a partir dos dados amostrais dos "Indicadores Conjunturais da Indústria". A taxa de crescimento do emprego para o ano de 1976 foi estimada a partir da aplicação da elasticidade emprego/produto Industrial do período 1974/80 para o triênio 1974/76.

- Evolução do Emprego e da População Economicamente Ativa - Níveis Absolutos e Taxas de Crescimento - 1940/80

EMPREGO														
RAMOS	ANOS	TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS ANUAIS												
		1940	1950	1960	1970	1975	1980	40/50	50/60	60/70	70/80	70/75	75/80	40/75
Comércio	526473	832077	962224	1635751	2361440	-	4,7	1,5	5,4	-	7,6	-	4,4	-
Indústria	960663	1522844	1799376	2699969	3881051	4434060	4,7	1,7	4,1	5,5	7,5	2,7*	4,1	3,9**
Serviços	270335	414073	524488	812831	1615925	-	4,4	2,4	4,5	-	14,7	-	5,2	-
Agricultura	10159545	10996834	15633985	17582089	20345692	-	0,8	3,6	1,2	-	3,0	-	2,0	-
PEA														

PEA

Total	14758508	17117362	22750028	29557224	38220494	43796763	1,5	2,9	2,7	4,0	5,3	2,7	2,8	2,8	2,8
Sector Primário	9723344	10352839	12276908	13087521	14332247	13109415	0,5	1,8	0,6	0,0	1,8	1,8	(1,8)	1,1	0,7
Sector Secundário	1535185	2427364	2940242	5295427	8480112	10674977	4,7	1,9	6,1	7,3	9,9	4,7	5,0	5,0	5,0
Sector Terciário	3500069	4437159	7532878	111174276	15307372	20012371	2,4	5,4	4,0	6,0	6,5	5,5	4,3	4,4	4,4
Agropecu., Ext. Veg. e Pesca	9723344	10352839	12276908	13087521	14332247	13109415	0,5	1,8	0,6	0,0	1,8	1,8	(1,8)	1,1	0,7
Ind. de Transform.	1099509	1608309	1954187	3241861	5457978	6858598	3,9	2,0	5,2	7,8	11,0	4,7	4,7	4,7	4,7
Ind. da Constr.	262700	584644	781247	1719714	2495032	3151094	8,3	2,9	8,2	6,2	7,7	4,8	6,6	6,4	6,4
Outras At. Industr.	172976	234411	204808	333852	527102	665285	3,1	(1,3)	5,0	7,1	9,6	4,8	3,2	3,4	3,4
Comércio do Hérc.	689438	943290	1478270	2247493	3423014	4111307	3,2	4,6	4,3	6,2	8,8	3,7	4,7	4,6	4,6
Transp. e Comunic.	466226	637943	977345	1167866	1493535	1815541	3,2	4,4	1,8	4,5	5,0	4,0	3,4	3,5	3,5
Prest. de Serv.	1548769	1781041	3028933	3925001	5020538	7089709	1,4	5,5	2,6	6,1	5,0	7,1	3,4	3,9	3,9
Atividades Sociais	234215	398673	755043	1531563	2256577	3044909	5,5	6,6	7,3	7,1	8,1	6,2	6,7	6,6	6,6
Adm. Pública	404248	512644	712904	1152341	1353822	1812152	2,4	3,4	4,9	4,6	3,1	6,0	3,5	3,8	3,8
Outras Atividades	157173	163568	580383	1150012	1759886	2138753	0,4	13,5	7,1	6,4	8,9	4,0	7,1	6,7	6,7

FONTE: IBGE

* A PEA de 1975 foi calculada a partir da taxa média anual do período 1970/76.

** Calculado a partir dos dados amostrais dos "Indicadores Conjunturais da Indústria". A taxa de crescimento do emprego para o ano de 1976 foi estimada a partir da aplicação da elasticidade emprego/produto Industrial do período 1974/80 para o triênio 1974/76.

BRASIL - 1960, 1970 e 1980

Distribuição da Renda e Variação de Renda Média (Z)

PEA	PARTICIPAÇÃO NA RENDA PESSOAL			VARIAÇÃO DA RENDA MÉDIA	
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80
20	3,9	3,4	2,8	18,1	21,2
30	13,5	11,5	9,8	15,4	25,5
40	43,0	38,4	36,5	20,9	40,0
10	39,6	46,7	50,9	59,7	60,5
5+	28,3	34,1	37,9	63,1	63,7
1+	11,9	14,7	16,9	67,2	69,3

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE, Censos Demográficos.

Tabela 7

Participação dos 20% Mais Pobres e dos 10% Mais Ricos na Renda Familiar (Z)

	20%-	10%+
Brasil (1970)	3,4	46,7
Índia (1964-65)	6,7	35,2
Honduras (1967)	2,3	50,0
Perú (1972)	1,9	42,9
México (1977)	2,9	36,7
Chile (1968)	4,4	34,8
Inglaterra (1973)	6,3	23,5
Japão (1969)	7,9	27,2
U.S. (1972)	4,5	26,6
Noruega (1970)	6,3	22,2

FONTE: World Development Report, 1979, Banco Mundial, Agosto de 1979. Brasil: Tabela

Bens de Capital:

TABELA Evolução do Faturamento dos Últimos 12 Anos (Cr\$ Milhões) - Total do Setor ABDIB

ANO	VALORES CORRENTES	VALORES REAIS (Em Cr\$ de 1981)	CRESCI- MENTO (PORCEN- TAGENS)
1969	1 042	43 379	-
1970	1 611	60 832	40.2
1971	2 511	84 565	39.0
1972	3 667	107 720	27.4
1973	5 330	139 133	29.2
1974	7 632	162 222	16.6
1975	13 432	218 828	34.9
1976	19 142	237 069	8.3
1977	34 355	305 863	29.0
1978	49 287	323 124	5.6
1979	96 648	436 559	35.1
1980	172 958	414 494	(5.1)
1981	380 854	380 854	(8.1)

FONTE: ABDIB/DECON.

Deflator utilizado: coluna 15 (Máquinas e Equipamentos) - Conjuntura Econômica.

Tabela 20

- 15 -

ÍNDICES DE NACIONALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM PROJETOS FINANCIADOS
PELO SISTEMA ENDE

S E T O R	1974/75	1979/80
Siderurgia	22 %	70 % - 80 %
Hidrelétricas	50 %	85 % - 90 %
Cimento	50 %	95 %
Petroquímica	60 %	70 % - 80 %
Papel e Celulose	50 % - 60 %	80 % - 85 %
Fertilizantes Nitrogenados	60 %	70 %
Fertilizantes Fosfatados	70 %	90 %
Mineração	50 % - 60 %	80 % - 90 %
Material Ferroviário	60 %	90 % - 95 %

TABELA 24 - Dados e Indicadores de Investimento

ANO	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO(1)		PRODUTO REAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL(2)	INVESTIMENTO NA INDUST. DE TRANSFORMAÇÃO(3)	DISPONIBILIDADE INTER-NA DE BENS DE CAPITAL(4)	INVESTIMENTOS ESTRAN-GEIROS(5)
	Total (1a)	Governo (1b)				
1962	60.6	68.6	86.8	75.4	65.3	110.6
1963	59.0	61.6	87.9	64.8	57.6	61.9
1964	60.3	68.6	89.9	57.8	57.1	70.7
1965	58.9	79.3	69.4	59.8	54.3	120.2
1966	66.3	72.9	71.1	63.3	64.3	103.3
1967	69.3	86.2	75.3	63.0	64.2	71.3
1968	82.3	86.6	83.2	76.2	83.6	64.6
1969	93.2	114.4	97.0	87.8	86.6	203.7
1970	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1971	116.2	110.2	112.3	145.7	118.0	328.3
1972	130.3	113.4	122.2	212.2	146.3	292.3
1973	153.3	134.4	140.6	258.1	187.1	706.0
1974	178.9	152.8	157.6	282.6	223.1	611.0
1975	202.2	167.3	178.5	250.0	243.6	503.9
1976	219.7	194.4	197.8	342.4	253.2	624.8
1977	216.1	192.0	210.9	334.0	227.0	758.1
1978	228.1	175.2	225.7	338.3	235.7	789.1
1979	237.8	145.1	233.6	281.9	243.8	674.6
1980	252.1	136.5	251.9	264.4	256.0	451.1
1981	226.1	-	241.3	263.3	201.4	439.3
1982	-	-	-	224.1	172.2	-

FONTES:

(1) Contas Nacionais, FGV.

(2) Contas Nacionais, FGV.

(3) Para os anos 1962-76 - Produção Industrial, Censo Industrial e Pesquisa Industrial do IBGE.

Para 1975-80 - Projeções a partir das taxas de crescimento dos volumes de investimentos registrados pelas Sondagens Conjunturais da FGV.

Dados deflacionados segundo o deflator implícito da formação bruta de capital fixo.

(4) Ver Tabela.

(5) 1947-73 - Investimentos Estrangeiros - novos créditos de avaliação - estudo especial de Conjuntura Econômica de julho/74.

1974-80 - Cálculos nossos a partir dos dados de posições de investimentos e reinvestimentos estrangeiros divulgados no Boletim do Banco Central.

Calculamos os fluxos de investimentos a partir da diferença entre os saldos de investimentos e reinvestimentos para cada par de anos; transformamos em cruzeiros correntes aplicando a taxa média de câmbio e colocamos a preços de um determinado ano (1973).

Não há dados de investimento industrial, para os anos de 1960-61 e 71. Os índices referentes a estes anos foram obtidos por interpolação.

INDICADOR DE ABERTURA DA ECONOMIA : IMPORTAÇÕES NÃO PETRÓLEO
(%)

PNB

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Brasil	8,1	6,2	5,2	5,2	5,7	6,1	4,5	3,9 ^a	2,9 ^a
Argentina	5,5	5,2	7,7	5,8					
USA	5,1	5,7	6,1	6,7	6,8	6,9	6,6		
Japão	7,4	7,4	6,6	5,6	7,3	8,0	7,5		
Espanha	12,1	12,1	11,0	9,6	9,6				
México	7,6	6,8	7,4	7,5	9,2	10,7			
Austrália	11,7	11,9	13,0	13,2	13,9	14,3			
França	13,0	15,0	15,2	14,6	15,6	16,6			
Alemanha	15,0	16,6	16,7	16,4	17,5	18,6	19,2		
Canadá	20,3	19,1	20,0	21,6	23,7	22,9	23,2		

^a Estimado, assumindo inflação mundial de 8% e queda no PNB de 1% em 1982 e inflação mundial de 7% e queda de 4% no PNB em 1983.

Fonte : FMI-IFS

